

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

* O texto que agora se publica é parte integrante do trabalho de investigação em desenvolvimento, "Habitação Popular no Porto, 1899-1933", conducente à redacção de Tese de Doutoramento a apresentar à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito do seu Programa de Doutoramento em Arquitectura.

O ano de 1899 ficou marcado por um conjunto de episódios importantes para a compreensão da condição do alojamento operário portuense na transição do século: no princípio desse ano edita-se o livro *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*¹, do médico Ricardo Jorge (1858-1939); no Verão obtêm-se a prova epidemiológica de um surto mortal de peste bubónica; consequentemente, é decretado um cordão sanitário à cidade com repercussões graves na economia local; em Novembro, os republicanos ganham o círculo do Porto nas eleições gerais para a Câmara dos Deputados; ainda nesse mês, o jornal *O Comércio do Porto* inaugura um ambicioso programa de bairros de *casas baratas* mandando construir o primeiro conjunto no lugar do Monte Pedral.

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

Durante esse período de integração dos novos residentes, a urgência de habitações de baixo custo nutriu um mercado de arrendamento ancorado em formas distintas de alojamento. Por um lado, assistiu-se a um aumento da construção nova ampliando-se significativamente o fenómeno das *ilhas*, por outro, à medida que a alta e média burguesia se mudava para as novas zonas periféricas, parte do edificado existente nas freguesias centrais sofreu um processo de transformação espacial dirigido à máxima ocupação através da subdivisão e aumento até à exaustão das áreas internas. Ambas as formas corresponderam a uma densificação e a um crescimento urbano "antropofágico" que permitiu esconder do olhar público enclaves de cultura rural em condições de habitabilidade miseráveis. Em 1902, na dissertação que apresentou à *Escola Médico-cirúrgica do Porto*, Álvaro Furtado Antas caracteriza nos seguintes termos o meio em que nessa época vivia o operariado portuense:

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

cidade, no desenho do espaço urbano e no interior doméstico.

O bairro do Monte Pedral

A deterioração das condições sanitárias foi acompanhada por um crescente esforço de correcção e prevenção dos problemas que se traduziu na consolidação gradual de um conjunto de medidas reformistas responsáveis pela aceleração do processo de modernização da cidade. Em nome do *ar* e da *luz* fundamentou-se um vasto programa de actuação que deu um novo fulgor às obras públicas e permitiu o lançamento de normativa específica fixando, entre outros, os requisitos mínimos a que a mais elementar construção deveria obedecer. Em prol da preservação da saúde pública, passaram a ser solidários problemas tão díspares como os relativos às necessidades de actualização e alargamento das redes de saneamento e abastecimento de água ou os referidos ao *amontoamento* da população *laboriosa*, nomeadamente, a questão dos hábitos e comportamentos desviantes.

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

O bairro do Monte Pedral

The Monte Pedral neighbourhood and working class housing in 1900

reformista de matriz higiénico e sanitário que atingirá, pela primeira vez, a configuração do espaço interior doméstico anónimo, historicamente afastado dos interesses do poder público.

A transformação imposta pelos *higienistas* foi preponderante na clarificação da situação do alojamento popular e na dinamização das respectivas soluções. O significado desse papel é tanto mais relevante quando se considera que, do outro lado, a luta política travada à volta das condições gerais de vida das "classes trabalhadoras" escassos resultados trouxe à promoção da habitação digna. Contudo, certa agitação social teve o mérito de alargar a discussão a outros sectores da sociedade e alimentar algumas propostas legislativas.

À volta da "questão social"⁸ discutiam-se, porventura, aspectos mais decisivos na vida do operariado urbano: a alimentação, as remunerações, a segurança e a saúde na fábrica, o horário laboral, a assistência social ou a dureza do trabalho feminino e infantil. Neste contexto de luta pela sobrevivência, considerando o tempo de permanência em casa do agregado familiar após a longa jornada laboral, percebe-se que a melhoria do espaço habitável não tivesse sido considerado ponto prioritário no programa de direitos. Embora importante arma de arremesso político, utilizada por algumas organizações de classe que haviam adquirido um forte poder reivindicativo⁹, verifica-se também que o tema da habitação precária se diluía facilmente nos discursos doutrinários sem se produzirem propostas concretas e operativas.

No jogo de interesses entre patrão, operário e senhorio, estes impasses possibilitaram uma convivência duradoira entre a prática de salários baixos e um mercado de rendas baratas que explorava a construção de casas de má qualidade. Desta forma assegurava-se a manutenção dos rendimentos da burguesia industrial e sustentava-se um lucrativo negócio imobiliário promovido por pequenos investidores oriundos da média e pequena burguesia.

Perante estas contradições, para as classes abastadas portuenses, mais do que construir uma salvaguarda sanitária, promover a *cidade higiénica* significava construir um espaço de representação adequado a um estilo de vida referenciado ao dos grandes centros da cultura ocidental. A *cidade progressiva e moderna* seria agendada protelando as soluções de transformação dos bairros degradados e insalubres cuja existência continuaria a dominar a massa construída apesar das várias medidas legais proibitivas entretanto aprovadas.

Advertências, como as proferidas, por exemplo, no *2º Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose* realizado em 1902, desejando que "os governos e os municípios se empenhem, sem demora, no rasgamento de bairros acumulados, com simultânea construção de bairros novos, e prévia organização dum plano sanitário definitivo de melhoramentos"¹⁰, eram suspensas, dando-se prioridade à execução dos grandes equipamentos, à renovação e expansão das redes infra-estruturais ou ao *aformoseamento* e alargamento do espaço público. Neste último caso, a posição ficará bem expressa quando, em 1915, a edilidade convida Barry Parker (1867-1947) – o urbanista responsável por Letchworth, a famosa *cidade-jardim* inglesa – para elaborar o plano do novo centro cívico portuense.

No fecho da centúria, dentro do perímetro de influência da *Companhia das Águas*, estavam contabilizadas 1.048 *ilhas*, contendo 11.129 casas onde viviam cerca de 50.000 dos 120.000 habitantes das freguesias inqueridas¹¹. É um retrato dramático da situação do alojamento urbano que punha em causa o sentido de *cidade justa e racional* – ideia enraizada nas propostas dos socialistas utópicos e que irá adquirir algum significado junto da elite intelectual portuguesa na transição de século.

As duas questões complementares – salubridade dos lugares e habitação popular digna – ganharam algum interesse nos assuntos do Estado a partir do último quartel do século XIX. Por exemplo, na *Câmara dos Deputados do Reino* passou a discutir-se assiduamente soluções legislativas sobre a

⁷ Com impacto directo na arquitectura da casa, sublinha-se o carácter iniciático do *Regulamento Geral de Saúde* (4 de Dezembro de 1901) que conduzirá à primeira legislação nacional dedicada especificamente às edificações urbanas. No seu artigo 10º diz-se que os Serviços de Saúde Pública tinham por fim "*vigiar e estudar tudo quanto diz respeito à sanidade publica, à hygiene social e à vida physica da população, promovendo as condições da sua melhoria*", destacando-se, entre outras, a salubridade dos lugares e das habitações, a higiene da indústria e do trabalho. Na sequência destas medidas legislativas surge, em 1902, o Regulamento sobre a Construção de Prédios Urbanos e o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, documentos que estarão na origem do actual Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) que vigora desde 1951. Por exemplo, o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1902, para além de limitar as cêrceas em função do perfil do arruamento impunha, entre outros, que a altura mínima entre pisos não fosse inferior a 3,25m no R/C e 1ºandar; 3,00m no segundo; 2,85m no terceiro e 2,75m nos sucessivos. Também, o pavimento do R/C devia ter uma caixa de ar com 60cm de altura; as janelas deveriam ser amplas para darem entrada ao ar e à luz, tendo pelo menos de área um décimo da superfície do pavimento do compartimento, com um mínimo de 28% nos quartos. ⁸ A "questão social" marcou a agenda política no fim de século; refere-se a um

conjunto de reivindicações sócio-políticas relativas às condições de vida das "classes trabalhadoras", em particular, a sua situação laboral, a assistência social e alojamento. Um enquadramento mais alargado pode ser encontrado em RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001. Vol. VI, p.210. ⁹ Algumas organizações corporativas ou sindicais ligadas às profissões mais numerosas do sector produtivo industrial alcançaram um poder de mobilização com tradução directa na ordem pública da cidade do Porto. Um dos casos que exemplifica essa instabilidade ocorreu em 1895 tendo como protagonista a *Associação dos Tecelões*. A greve a que parte dos 17.000 associados darão corpo rapidamente se estende a outras profissões dando origem a uma cadeia de adesões que ameaçou a paragem geral da produção têxtil portuense. In CORDEIRO, José Manuel Lopes (coord.), *Um século de indústria no Norte, 1834-1933*, Porto, Associação Industrial Portuense, 1999, p.120. ¹⁰ Citado em GARRETT, António de Almeida, *Tuberculose e Habitação no Porto*, Porto, Tip. Enciclopédia Portuguesa, 1914, p.7. ¹¹ JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Tomo I – Clima, População, Mortalidade*, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, 1899, p.153.

promoção de casas baratas para as classes desfavorecidas vinculando essa urgência ao controlo higiénico da cidade¹². No entanto, apesar de toda a animosidade gerada à volta do tema, dessas acções pouco se reflectiu na prática governativa, continuando a prosperar o alojamento insalubre. Até 1918, o ano em que a Primeira República se empenha directamente na construção de *bairros sociais*¹³, a ideologia liberal do Estado negava qualquer interferência na livre concorrência do mercado da habitação.

Para além da iniciativa privada ligada a interesses imobiliários particulares ou associados à lógica produtiva da fábrica, a inoperância do poder público abriu um campo de acção social que chamou a si organizações historicamente estranhas a esse domínio. A imprensa periódica será particularmente activa em Portugal adoptando um papel paternalista com propósitos populistas e, por vezes, partidariamente alinhados, assumindo uma segunda tutela das actividades em que se especializavam. Distinta da protagonizada por jornais como *O Século* ou o *Diário de Notícias*, a obra social de *O Comércio do Porto* irá destacar-se no fomento de bairros operários paralelamente com a construção de um discurso sobre essas novas formas de residência.

Em 1901, Guilherme de Santa Rita (1859-1905)¹⁴ contrapunha à abstinência do Estado a habitação particular edificada nas imediações das fábricas de lanifícios de Lisboa, Porto e Covilhã, louvando "um dos mais acentuados empreendimentos o que tem feito, para a solução deste problema, a empresa do jornal O Commercio do Porto, naquela cidade"¹⁵. Sobretudo influenciado pela literatura francó-fona, sublinhava-se a importânciados operários acederem a casas cómodas, pois esse seria o primeiro elo de um mecanismo de harmonização social e produtiva capaz de promover o controlo higiénico e sanitário, a robustez física e moral do indivíduo e a regularidade da instituição *família*. Conforme referia:

o problema de casas de renda modesta para as classes menos protegidas da fortuna [...] questão primacial, porque encarada sob o aspecto da legal constituição da família, ela

nos mostra, nos ensina como essa constituição e essa manutenção se efectuam segundo as leis da moral e da hygiene; como o seu poder de orientação se reflecte nos destinos do indivíduo como membro da colectividade, e, por consequência, como acção produtora determinativa de um aperfeiçoamento constante e de uma maior e melhor distribuição, consumo e circulação da riqueza de um país.¹⁶

Partindo do problema sanitário da cidade industrial e do sistema de controlo e regulação montado à sua volta, verifica-se a formação de um pensamento político que progressivamente explora o problema habitacional das classes pobres promovendo a casa económica enquanto instrumento político. Nos *Bairros Operários do Comércio do Porto* ecoam todas estas preocupações em determinar para aquela arquitectura fundada nos critérios de economia, conforto e higiene uma função de regulação social.

No próprio jornal, em 1901, sublinhava-se que os bairros "[...] foram construídos para recolher os mais hábeis, mais assíduos e mais morigerados operários, antes como prémio aos seus méritos, do que como auxilio às suas condições de existência"¹⁷. É uma condição exemplar que se procura instalar na cidade através da oferta de casas distintas acessíveis "a todo aquele que vivendo do seu salário, trabalhe manualmente para um patrão" perante o pagamento de um aluguer ou de uma prestação habilitando-se, neste caso, a tornar-se proprietário¹⁸. Neste sentido, o economista Bento Carqueja (1860-1935), um dos administradores do jornal que mais se destacou no processo¹⁹, descreverá no seu livro de 1900, *O Futuro de Portugal*, a forma ideal que deveria ser adoptada nos bairros operários:

*[...] formados por pequenos grupos de casas convenientemente dispostas para que umas não prejudiquem nem a luz nem o ar das outras. Cada casa deve necessariamente ter um terreno anexo, para quintal de cultura e recreio. Uma casa de banhos e um lavadouro são indispensáveis em cada bairro e bom será que não falte uma sala de creche*²⁰

¹² Por exemplo, no caso de Lisboa, Augusto Fuschini (1843-1911) declara em 1884: "Em primeiro lugar depois das repetidas instancias, feitas por muitos Srs. deputados, para que o governo atenda às más condições de salubridade da cidade de Lisboa [...], não podia eu, Sr. presidente, guardar silencio sobre estes assuntos e assumir a responsabilidade moral de ter demorado um projecto de lei, que resolve sem duvida uma das mais importantes questões, que se prendem com a salubridade de Lisboa e com as melhores condições de vida das classes proletárias da capital". Texto do discurso parlamentar proferido por Augusto Fuschini a 16 de Maio de 1884 aquando da apresentação do Projecto de lei n.º81-A à Câmara dos Senhores Deputados. ¹³ Decreto n.º 4163: Abrindo um crédito especial de 550 000\$00 destinados à construção de casas baratas para habitação de operários de Lisboa e Porto. In Diário do Governo, I série, n.º 91, 29 de Abril de 1918. ¹⁴ Guilherme Augusto Santa-Rita foi deputado e Chefe da 1ª Repartição de Estatística Geral. Escreveu em 1891 o livro *Habitação operária e classes menos abastadas*. ¹⁵ Discurso de Guilherme Augusto de Santa Rita aquando da discussão do seu projecto-lei para a construção de casas económicas. In Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (DCDP), nº30, 7 de Março de 1901, p.2. ¹⁶ *Idem*. ¹⁷ Notícia em *O Comércio do Porto*, 5 de Dezembro de 1901. ¹⁸ *Regulamento do Bairro do Monte Pedral de Iniciativa do Commercio do Porto, Porto, Officinas do Commercio do Porto*, 1901.

¹⁹ Figura esclarecida e mobilizadora, Bento Carqueja reunirá a favor da obra filantrópica dos bairros o apoio directo de beneméritos oriundos dos mais diversos sectores da sociedade como, por exemplo, a família real ou o influente Conde de Burnay. Bento Carqueja será igualmente o principal responsável pelo crescimento e prestígio do jornal nortenho, transformando-se numa personalidade influente na sociedade portuense de início de século. Do seu circulo de amigos constava, entre outros, Teixeira Lopes, António Carneiro e Marques da Silva, responsável pelo projecto da sua casa de férias em Ferreiros, Oliveira de Azeméis [cf. Separata de O Tripeiro, 7ª série, Ano XIII, nº 8-9, Porto, 1994]. O seu relacionamento com arquitectos importantes na cidade passou também por Rogério de Azevedo que no final dos anos 20 é convidado a projectar a nova sede do jornal, na Avenida dos Aliados (inaugurada em 1929) e um dos edificios da rede de creches do *Comercio do Porto*, na Avenida Fernão Magalhães (inaugurado em 1932). ²⁰ CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal*, Porto, Livraria Chandron, 1900, p. 88.

À medida que se avançava na implementação dos bairros outras condições se irão revelar, fornecendo leituras mais abrangentes sobre a operação. Em notícia de 1905, decorria nas Antas a fase final da construção do terceiro bairro, lia-se:

"Em todos esses tipos [de casas] houve a preocupação de criar habitações acomodadas ao nosso clima e ao nosso meio social, sem se perderem de vista os requisitos a que, segundo as opiniões expressas por higienistas, por sociólogos e por arquitectos, em livros e congressos, devem satisfazer as casas baratas, para realizarem completamente o fim útil e humanitário a que se propõe".²¹

Aparentemente acidentais e contingentes à obra em curso, os extractos transcritos indiciam uma proposta de actualização nacional de modelos e práticas efectuada à luz de certas soluções que desde meados de Oitocentos, por acção filantrópica, haviam sido experimentadas na Europa mais industrializada.

Neste contexto, a situação francesa foi particularmente observada. Oposto à ideia de colectivização veiculada pelo falanstério *fouriense*, o sucesso das *Cités Ouvrières*²² tinha originado um movimento que na sua diversidade elegia orgânicas de financiamento e construção de direito privado (cooperativas, fundações ou sociedades de capitais) capazes de, preferencialmente, formar bairros a partir de pequenas propriedades individuais e dotá-las com tipos habitacionais que favorecessem a vida familiar isolada. O relatório produzido em 1889 a propósito da 11ª Secção (Habitação Operária), integrada no *Groupe de l'économie sociale* da Exposição Universal de Paris, é esclarecedor sobre as qualidades da casa unifamiliar com jardim:

"Nous l'avons vu au début, la maison ne contenant qu'une famille, ayant auprès d'elle un champ cultivé, verger ou jardin, est la forme naturelle de l'habitation. Toutes les autres sont plus ou moins artificielles, dues à des circonstances spéciales et n'assurant pas à l'homme le complet développement de ses forces. L'indépendance de la famille y est plus

assurée; les enfants y grandissent en meilleur air, le jardin leur permet de s'ébattre. Le père, rentrant de son travail, s'intéresse à la culture ; il y consacre ses loisirs".²³

É uma preferência que decorre directamente do êxito de modelos empregues nalguns centros industriais como Mulhouse (Alsácia) ou Noisiel (Île-de-France). Mas é também uma eleição que emerge do longo caudal de estudos teóricos oriundos da Higiene, da Economia Social e da Moral e cujo favorecimento da casa simples e pastoral não pode também ser alheado de uma corrente mística que via na antítese *urbano vs rural* uma simbologia maniqueísta onde "o dinheiro fácil" possível na cidade se contrapunha ao ganho arduamente no campo com o "suor do corpo".²⁴

Assim, quando em 1899 os proprietários do jornal defendem no texto da escritura de construção do *Bairro do Monte Pedral* que os conjuntos habitacionais seriam “[...] *dotados com as máximas condições higiênicas e organizadas em harmonia com os melhores modelos destas fundações no que forem adaptáveis no nosso país*”²⁵, clarifica-se toda esta rede de afinidades internacionais onde a arquitectura do bairro se irá instalar.

Desde 1880 o jornal português *O Comércio do Porto* desenvolvia acções filantrópicas diversas a favor das classes pobres da cidade financiadas sobretudo com o resultado de subscrições públicas que o próprio diário animava. Compreende-se que, quer alguma agitação operária²⁶, quer a relação directa entre a fatal epidemia e as débéis condições de habitabilidade no centro da cidade, tenham, em definitivo, estimulado a promoção do primeiro bairro. Essa agilidade, experiência e interesse, será responsável pela invulgar celeridade e eficácia do processo.

A colocação da pedra fundadora do Bairro do Monte Pedral foi rodeada de todo o aparato festivo capaz de despertar todos os interesses naquele Domingo de Novembro de 1899. Para aquele lugar inóspito nos arrabaldes da cidade, o jornal mobilizou os mais ilustres representantes das instituições da cidade e

21 Artigo escrito a propósito dos elogios tecidos à iniciativa do jornal pelo Ministro das Obras Públicas e da Justiça, João de Alarcão, quando apresentou uma proposta de lei para a promoção de bairros operários (Proposta de Lei nº10BB, Diário da Câmara dos Senhores Deputados – Sessão nº19 de 22 de Agosto de 1905, pág.15). Notícia em *O Comércio do Porto*, 29 de Novembro de 1905.

22 Este movimento será formalmente instituído na Exposição Universal de Paris de 1889 aquando da realização do primeiro *Congrès des Habitations Ouvrières* inserido no Grupo de Economia Social. De entre as resoluções do congresso destaca-se a constituição da *Société d'Habitation à Bon Marché* cujo objectivo geral será o de regularmente divulgar e promover acções sobre a construção de casas baratas. (Tudo isto acontece no ano em que o jovem Marques da Silva se instala em Paris para frequentar a École Nationale Supérieure des Beaux-Arts)

23 PICOT, M. Georges, "Habitations Ouvrières". In, *Exposition Universelle. Paris. 1889. Rapports du jury international*, Paris, Imprimerie Nationale, 1891, p.189.

24 GUERRAND, Roger-Henri, "Sobre los Orígenes del Movimiento de las Ciudades-Jardines en Europa", in *Ciudades*. Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, 2000/01, nº6, p.17

25 Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Documentos Relativos a Termos e Escrituras, 1899, fl. 344.

26 O operariado urbano, através de organizações de classe com alguma expressão havia adquirido um poder reivindicativo efectivo com tradução directa na ordem pública da cidade do Porto. Um dos casos que exemplifica essa instabilidade ocorreu em 1895 tendo como protagonista a *Associação dos Tecelões*. A greve a que parte dos 17.000 associados dão corpo rapidamente se estende a outras profissões dando origem a uma cadeia de adesões que ameaçou a paragem geral da produção têxtil portuense. In CORDEIRO, José Manuel Lopes (coord.), *Um século de indústria no Norte, 1834-1933*, Porto, Associação Industrial Portuense, 1999, p.120.

as demais figuras proeminentes da sociedade portuense. A sessão foi presidida pelo bispo do Porto, D. António José de Sousa Barroso, participando directamente no acto de assentamento da pedra, o presidente da Câmara Municipal, João Baptista de Lima Júnior, e o governador civil, José Adelino Ferreira de Lima²⁷.

O facto foi oficialmente testemunhado por mais de meia centena de personalidades que firmaram com a sua assinatura o auto da cerimónia. Nessa longa lista de subscritores estranha-se a ausência do nome de Marques da Silva que provavelmente nem sequer terá comparecido a tão mediático acontecimento. Independentemente dessa falta ter origem num suposto desinteresse pela obra, ou ela decorrer de qualquer outra razão maior, deve referir-se que em 1900 o desenho de habitação económica era considerado menor na prática projectual dos arquitectos formados nas Academias²⁸. A este propósito, no relatório final do júri que analisou o famoso concurso promovido pela *Fundação Rothschild* para a construção de um bairro para o operariado parisiense destaca-se um dos problemas disciplinares que o programa das casas baratas colocava à formação Beaux-Arts:

"Il faut bien le dire, pour beaucoup de nos contemporains, même instruits, même intelligents, l'architecte est resté le bâtisseur de palais, de châteaux, d'hôtels de ville, etc. ... C'est un artiste, on lui accorde. Donc il n'est bon que pour les hautes sphères où l'on s'imagine que l'art évolue. Un artiste pour construire des maisons d'ouvrier? A quoi bon ! Ils vont dépenser en ornement, en toitures de chalets suisses, en tourelles, créneaux et autres fadaises les fonds, forcément restreints, dont ils disposeront, mais ils ne feront pas "du pratique"³⁰

Sobre os edifícios utilitários e económicos era impossível exercer o virtuosismo da grande composição ou do desenho ornamental. Era um facto que colidia com uma interpretação da arquitectura enquanto prática artística por via da "monumentalização" dos edifícios. Conjugava-se com esta incompatibilidade a ascensão e o estatuto social do arquitecto, tradicionalmente ligado à alta burguesia.

Portanto, quando na transição do século o programa da habitação econômica gradualmente adquire um papel decisivo na construção da cidade, emerge com ele quer o problema de adequação instrumental daquilo que era ensinado na Academia, quer um questionamento sobre o desempenho social do arquitecto no processo de transformação da própria sociedade.

Neste sentido, quando Marques da Silva se compromete com o jornal *O Comércio do Porto* no fomento de bairros operários parece ecoar nesse gesto um jogo de contradições que só o interesse na afirmação profissional do jovem arquitecto perante a elite financiadora da causa e um possível desejo de experimentação arquitectónica e urbana parecem atenuar.

A rapidez do projecto e da obra do Bairro do Monte Pedral é notável e a sucessão dos factos sugere todo o pragmatismo que esteve envolvido: os desenhos definitivos, da autoria de Marques da Silva, datam de Outubro de 1899; no dia 4 de Novembro era celebrado entre o jornal e o município o acordo de cedência do terreno; a primeira pedra será colocada no dia 12 desse mês; as datas limite para apresentação de propostas das empreitadas de pedreiro, trolha, carpinteiro, vidraceiro e pintor foram fixadas, respectivamente, para os dias 20 de Novembro de 1899, 11 de Janeiro, 2 de Abril, 27 de Julho e 6 de Julho de 1900. Conforme notícia divulgada pelo próprio jornal, a obra finalizou-se em Março de 1901 procedendo-se nessa altura à atribuição das casas e à elaboração do regulamento interno do bairro.

A partir do desenho geral existente (fig. 1) verifica-se que inicialmente o empreendimento se estendia à totalidade da antiga pedreira conformada pelas ruas de Serpa Pinto, Constituição e Maria Amélia (actual Rua do Zambeze). A partir do enunciado na *Carta de Teles Ferreira* de 1892, Marques da Silva dispõe sobre uma malha ortogonal gerada a partir dos principais arruamentos sessenta e oito habitações em conjuntos distintos complementados por uma creche e vários lavadouros públicos. A associação entre as manchas de construção desenhadas e a geometria do fraccionamento da propriedade

27 CARQUEJA, Bento, O *Comércio do Porto: notas para a sua história*, Porto, Oficinas de O Comércio do Porto, 1944, p. 193.

28 Neste período, o interesse académico e profissional dos arquitetos sobre o desenho das casas baratas é quase inexistente. Do vazio existente em Portugal destaca-se o texto "Construções Económicas" de Costa Goodolphim (1842-1910) publicado em 1895 no Boletim da Revista da Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, ainda o relatório de um "Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas", editado em 1897 por Adães Bermudes (1864-1948) e alguns textos curtos veiculados na revista *A Construção Moderna*. Esta produção entroncava num conjunto de informação internacional mais heterogénea onde se incluíam os relatórios das Exposições Universais e das Exposições de Higiene, os artigos publicados nas revistas de pendor mais técnico ou alguns manuais directamente dedicados ao tema do novo alojamento operário. Neste último caso destaca-se a popularidade atingida por *Les Habitations Ouvrières en Tous Pays* - livro editado pela primeira vez em 1878 e premiado com medalha de ouro na Exposição Universal de Paris de 1889. Estamos perante um manual de prática projectual abrangente que realça quer as características técnicas de construção como as novas oportunidades de fazer a *moderna cidade*. À luz do modelo ideal da *cidade-jardim*, esse livro

devia constituir-se como um instrumento pedagógico e técnico para a expansão do "movimento das cidades operárias". Constantemente reeditado, ele era provavelmente conhecido pelos que frequentaram a academia parisiense tendo sido difundido em Portugal em circuitos de interesses distintos. Os autores - Émile Muller e Émile Cacheaux (1844-1923) - auto-intitulavam-se, respectivamente, "*Architecte des Cités Ouvrières de Mulhouse & Autres*" e "*Propriétaire d'Habitations Ouvrières*". Sublinha-se que Émile Muller foi professor na *École Spéciale d'Architecture* de Paris, a instituição fundada em 1865 pelo engenheiro e higienista Émile Trélat e impulsionada com a presença de Eugène Viollet-le-Duc, em confronto directo com o tipo de ensino ministrado na *École des Beaux-Arts*.

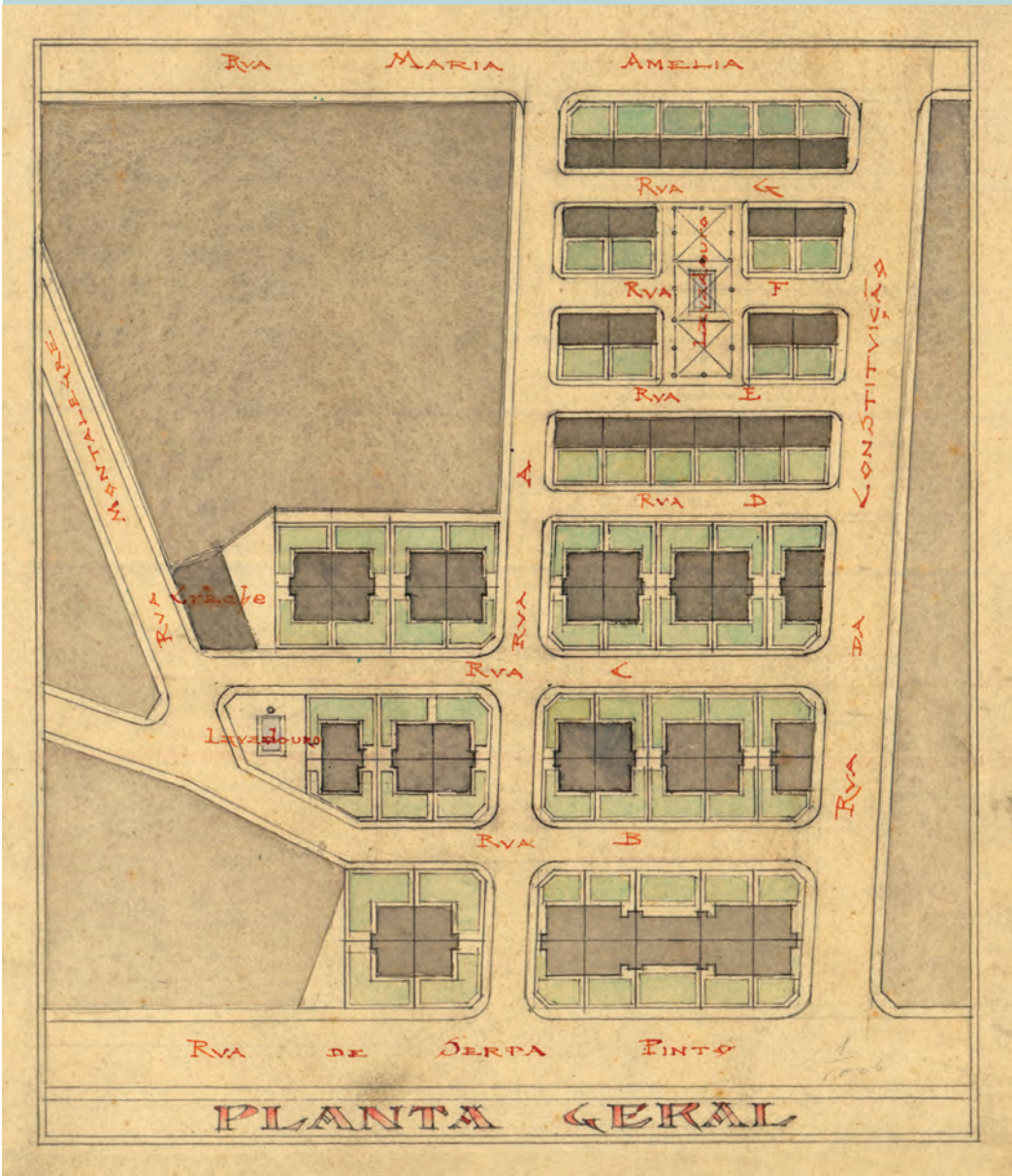
29 FARGE, Laurent (org.) *Les Concours publics d'architecture, IX Année*, Paris, Libraires - Imprimeries Reunis, 1906, p.3.

30 Os termos "Sistema quadripartido" ou "Habitação quádrupla" serve aqui para definir a agregação de quatro casas por rebatimento consecutivo de um módulo sendo que, cada um dos dois diedros opostos relativamente à planta formam, respectivamente, as paredes de meação (diedro interior) e as fachadas (diedro exterior). Este facto e o jogo das coberturas confere ao conjunto uma unidade que dissipa a leitura da agregação.

devia constituir-se como um instrumento pedagógico e técnico para a expansão do "movimento das cidades operárias". Constantemente reeditado, ele era provavelmente conhecido pelos que frequentaram a academia parisiense tendo sido difundido em Portugal em circuitos de interesses distintos. Os autores – Émile Muller e Émile Cacheaux (1844-1923) – auto-intitulavam-se, respectivamente, *"Architecte des Cités Ouvrières de Mulhouse & Autres"* e *"Propriétaire d'Habitations Ouvrières"*. Sublinha-se que Émile Muller foi professor na *École Spéciale d'Architecture* de Paris, a instituição fundada em 1865 pelo engenheiro e higienista Émile Trélat e impulsionada com a presença de Eugène Viollet-le-Duc, em confronto directo com o tipo de ensino ministrado na *École des Beaux-Arts*.

29 FARGE, Laurent (org.) *Les Concours publics d'architecture, IX Année*, Paris, Libraires - Imprimeries Reunis, 1906, p.3.

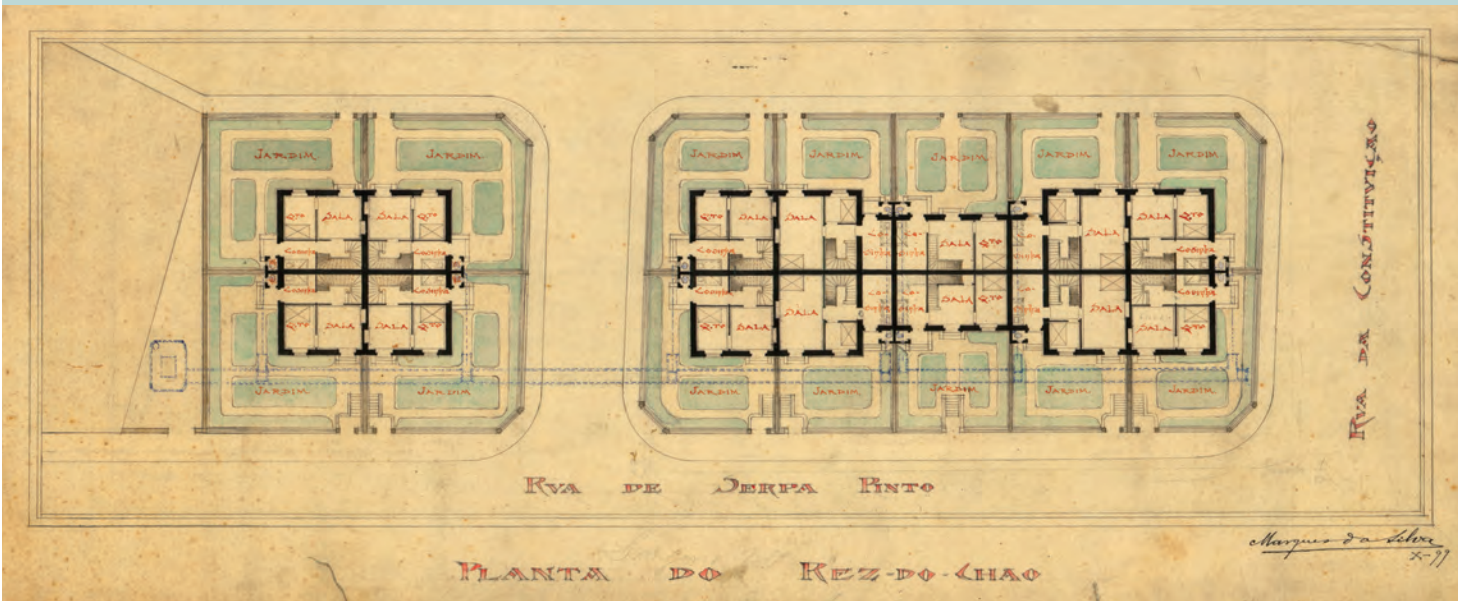
30 Os termos "Sistema quadripartido" ou "Habitação quádrupla" serve aqui para definir a agregação de quatro casas por rebatimento consecutivo de um módulo sendo que, cada um dos dois diedros opostos relativamente à planta formam, respectivamente, as paredes de meação (diedro interior) e as fachadas (diedro exterior). Este facto e o jogo das coberturas confere ao conjunto uma unidade que dissipa a leitura da agregação.



1 1899, Marques da Silva, Implantação. Bairro de Monte Pedral.

indica uma preocupação em fixar no mesmo território diversos tipos de alojamento provocando uma variedade volumétrica e funcional no bairro. É visível nessa disposição uma hierarquização de elementos que adquirem um desenho mais complexo à medida que se aproximam da Rua Serpa Pinto, nesse período uma via arborizada estratégica na ligação da cidade com o Matadouro Novo. Essa estratificação é alcançada recorrendo à escolha diferenciada de soluções: da *habitação quádrupla*³¹ passa-se gradualmente para simples casas de correnteza que a Nascente formam uma praceta interior.

A primeira fase do bairro "que o distinto arquitecto Sr. Marques da Silva tomou generosamente a seu cargo" era constituída por catorze *casas-jardim* associadas para formarem dois conjuntos autónomos que permitiam fechar a frente do bairro voltada para a Rua Serpa Pinto. O módulo usado é gerado a partir de uma planta quadrada de sete metros de lado onde se organizavam três compartimentos (cozinha, quarto e sala) e, no canto do diedro interior, uma caixa de escada de acesso à cave e aos dois quartos localizados nas *águas furtadas*. Completavam a casa dois espaços sanitários situados na cave e no pequeno coberto que marcava a



2 1899, Marques da Silva, Planta térrea do primeiro conjunto. Bairro de Monte Pedral.

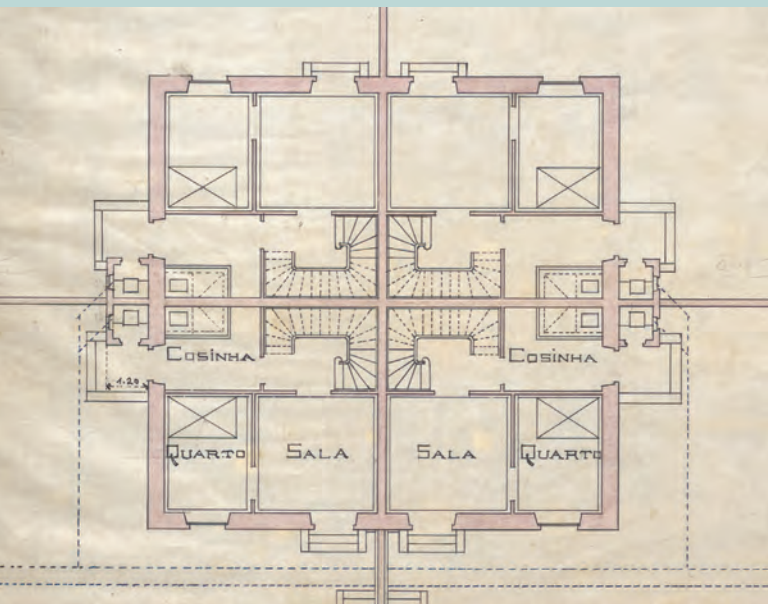
entrada. Esta unidade mínima repetida à volta de um eixo por simetria simples caracteriza singularmente os conjuntos formados pela associação de quatro casas.

A construção que ocorreu sob gestão do jornal era constituída por três destes núcleos sendo que os localizados no gaveto formado pela Rua da Constituição e a de Serpa Pinto foram parcialmente alterados e unidos (fig. 2). Apesar do compromisso com a forma matricial, nesta parcela foi necessário desmontar o *sistema quadripartido* original ajustando-o à dimensão irregular do lote. As variantes desenhadas denotam um saber na "arte de bem compartimentar" que acabou por gerar uma terceira gama de habitações com áreas superiores a cem metros quadrados. Este facto, inaudito no panorama da habitação operária, cujo padrão para este tipo superior se situava nos oitenta metros quadrados³², desnivela o que seriam as expectativas do promotor em acolher o maior número de famílias da intencionalidade em produzir uma arquitectura tendente a simular a escala e os jogos volumétricos da casa burguesa.

A solução que Marques da Silva apresenta para as habitações identifica-se com um modelo muito divulgado na época no

contexto do movimento das cidades operárias europeias – o denominado *type mulhousien* (fig. 3). O sucesso desta solução deveu-se não só à sua capacidade de compatibilizar os critérios de higiene ligados à circulação do ar e à exposição solar, mas também com o facto da forma se aproximar da imagem da casa isolada burguesa reproduzindo a sua dimensão volumétrica e paisagística. A partir de 1854 este género de casa foi utilizado regularmente na construção da já referida cidade de Mulhouse que teve como principal mentor Émile Muller, engenheiro e professor na *École Spéciale d'Architecture* e na *École Centrale des Arts et Manufactures* de Paris³³. Muller indicava a *habitação quádrupla* como sendo o tipo mais vocacionado para alojar os contramestres e quebrar a monotonia das casas operárias vulgares. Representaria uma gama alta de alojamento que obrigava a mais ruas, a lotes maiores e exigia um maior controle sobre os inquilinos porque qualquer desleixo de uma das partes comprometia a unidade do conjunto. Apesar da visibilidade dada a esta solução, na cidade operária alsaciana recorreu-se maioritariamente a outro tipo de alojamento explorando um paralelismo entre hierarquia social, diversidade tipológica e ordenação urbana. Esta discriminação sócio-espacial parece

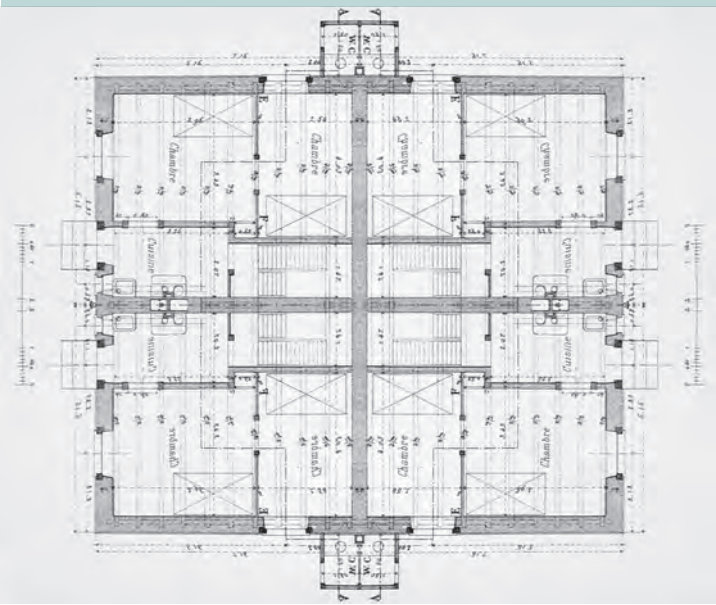
31 A título comparativo informa-se que as casas deste tipo construídas em Mulhouse tinham 82 m2. Mais díspares são as áreas fixadas nos outros dois bairros do Comércio do Porto: 66 m2 em Lordelo do Ouro e 51 m2 na tipologia mais usada nas Antas.
32 Ver final da nota XXVIII.
33 CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, Porto, Faup-publicações, 1997, p.119.



ter sido transportada para a estrutura originalmente pensada para o Bairro do Monte Pedral. Deste modo se justificaria a eleição de uma solução dispendiosa dando resposta a uma orientação previamente tomada para albergar trabalhadores de média e alta patente, conforme aliás sucedeu.

Em 1904, suportados por uma subscrição promovida pela Câmara Municipal junto de emigrantes no Brasil, serão acrescentados ao bairro três conjuntos de quatro habitações, somando-se os vinte e seis fogos definitivos (fig. 4 e 5). Ainda sob a responsabilidade de Marques da Silva, agora arquitecto municipal, o projecto desta última fase dará continuidade ao estabelecido nos desenhos de 1899, substituindo-se unicamente as caves por caixas-de-ar de ventilação do soalho devido, provavelmente, à dificuldade na abertura dos caboucos imposta pela natureza do terreno.

Sobre a aridez das pedreiras desactivadas, num território dominado pelo edifício inacabado do Quartel e pela grande massa das naves da Companhia Fabril de Salgueiros localizada a Nascente, surgia uma arquitectura anacrónica que usava elementos extraídos da ruralidade francesa em clara ruptura de escala com o modesto casario vizinho.



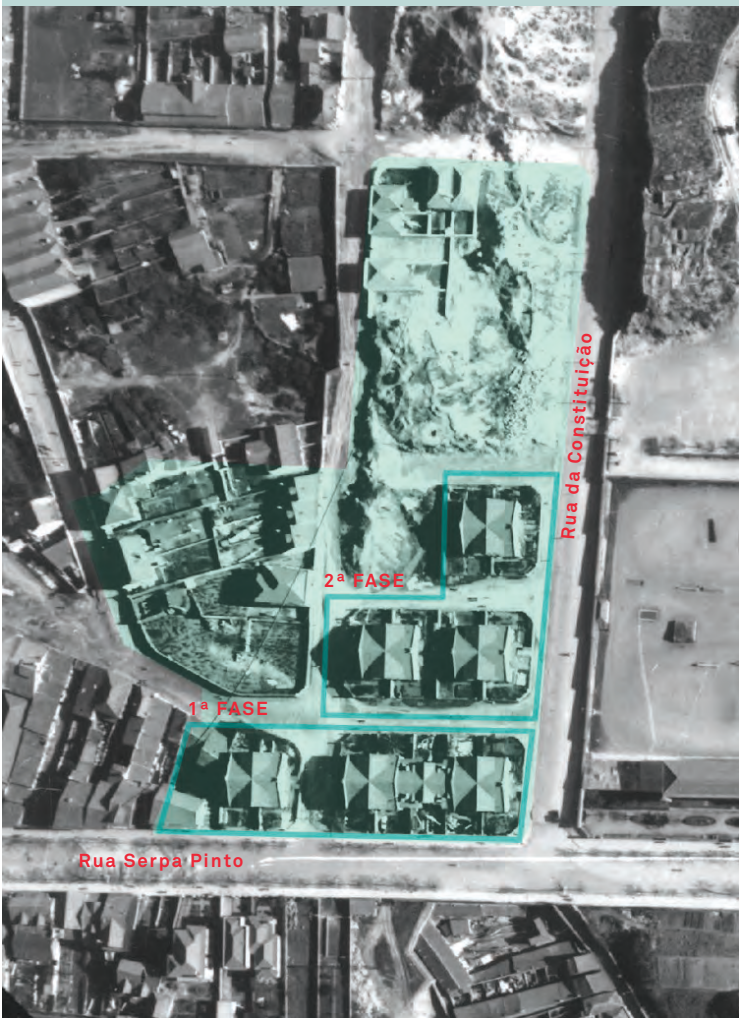
3 Marques da Silva, *Planta térrea de um conjunto de quatro casas do Bairro Monte Pedral* (extracto do primeiro desenho de 1899); Émile Muller, *Planta térrea do "type mulhosien"* (planta composta pelo autor a partir do desenho publicado em 1889 no livro *Les habitations Ouvrières en Tous Pays*).

A escala intermédia que é introduzida naquele lugar e as premissas higienistas que fundamentaram aquela arquitectura admite que se faça algum paralelismo com o processo de crescimento de zonas residenciais para a burguesia em outros territórios também periféricos à cidade histórica. Veja-se, por exemplo, a formação da Rua Álvares Cabral iniciada em 1895 a partir do loteamento da Quinta de Santo Ovídio. É um caso característico dos processos de regularização da cidade com vista à sua "higienização"; o investimento residencial neste lugar foi essencialmente promovido por famílias burguesas antes instaladas no antigo núcleo e insere-se num fenómeno mais alargado de *gentrificação* do território pela fuga das classes privilegiadas à cidade contaminada, a favor de uma ocupação adjacente dispersa por loteamentos regidos pela nova normativa urbanística.

Essa mesma necessidade de controlo sobre o construído e de afastamento ao centro arrastará consigo uma outra forma de "residencialização" da classe operária. Em faixas de transição entre o rural e o urbano, esquecidas pelo interesse imobiliário, serão erigidas as novas soluções de baixa densidade que, conforme refere António Cardoso, se constituiriam "mais como paradigma

do desejo do que o sinal de reiteradas iniciativas do poder central e municipal que tardarão". Contudo foi possível introduzir na cidade uma nova gama de habitação corrente e barata. A partir daí a *casa económica unifamiliar isolada com jardim* será sucessivamente renovada e afirmada como valor moral e social estável. Essa ideia que associa um tipo habitacional a um programa ideológico irá mais tarde confluir no Estado Novo, convocando-se aí o problema, por enquanto ausente, da aplicação à arquitectura de uma gramática formal correspondente a um *estilo nacional* superiormente estabelecido.

Em resumo podemos afirmar que na acção filantrópica do *Comércio do Porto* se clarifica uma estratégia de intervenção social e política que promoverá uma *arquitectura barata*, disciplinada pelo habitar mínimo, uma *arquitectura do desejo* que premeia os mais competentes e morigerados criando hábitos de ordem e de higiene, e uma *arquitectura modelo* que integra os princípios modernos de salubridade e da acomodação, possível de se reproduzir na cidade.



4 1939, *Faseamento e limite da intervenção sobre imagem aérea do Bairro de Monte Pedral*.

CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal*, Porto, Livraria Chandron, 1900.

CARQUEJA, Bento, *O Comércio do Porto: notas para a sua história*, Porto, Oficinas de O Comércio do Porto, 1944.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (coord.), *Um século de indústria no Norte, 1834-1933*, Porto, Associação Industrial Portuense, 1999.

GUERRAND, Roger-Henri, *Les Origines du Logement Social en France, 1850-1914*, Paris, Éditions de la Villette, 2010 (1ªed. 1987)

JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Tomo I – Clima, População, Mortalidade*, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, 1899.

MOLEY, Christian, *L'Immeuble en Formation. Genèse de L'habitat Collectif et Avatars Intermédiaires*, Liège, Pierre Mardaga, 1991.

MULLER, Émile, CACHEUX, Émile, *Les Habitations Ouvrières En Tous Pays*, Paris, J. Dejeu & Cie, Imprimeurs – Éditeurs, 1879.

PICOT, M. Georges, "Habitations Ouvrières". In *Exposition Universelle, Paris, 1889. Rapports du jury international*. Paris: Imprimerie Nationale, 1891.

RAMOS, Rui, A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. VI (2001).

RODRIGUES, Teresa F., FERREIRA, Olegário A. Vieira, "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX: características e sua evolução demográfica: 1864-1930". In *Revista de História*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto. Vol. XII (1993).